

NO CONSUN APROPUC SE MANIFESTA SOBRE PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E CRISE NA PUC-SP

No Consun de 26/2 a APROPUC pediu a palavra para ler dois manifestos que protestavam contra a perseguição política à sua diretora Beatriz Abramides e a situação complicada vivida pela universidade neste início de semestre.

Antes da fala dos diretores João Batista Teixeira e Carla Tieppo, a diretora da Faculdade de Ciências Sociais pediu a palavra para que a coordenadora do curso de Serviço Social Maria do Socorro Cabral, representando o coletivo dos professores daquela área, lesse um documento exigindo a revogação da penalidade imposta à professora Bia.

Na sequência da leitura dos documentos (veja nas páginas 2 e 3), ocorreram várias manifestações. A representante discente da Faculdade de Ciências Social Thais Adabo leu manifesto de repúdio à atitude da reitora nomeada, assinado pelos Centros Acadêmicos de Ciências Sociais e Relações Internacionais (veja na página 4). Da mesma maneira o representante da Faculdade de Direito leu nota de apoio à professora assinada pelo CA 22 de Agosto.

O padre Julio Lancelotti, representante da sociedade Civil no Conselho pediu mais esclarecimentos à professora Anna Cintra, para que o problema possa ser melhor equacionado. Padre Julio também cobrou da reitoria um posicionamento sobre a repressão brutal ocorrida em São Paulo nas últimas semanas. O conselheiro relatou que uma grande quantidade de estudantes era da PUC-SP, o que torna fundamen-

tal uma condenação da reitoria a estes atos.

A professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, declarou-se contrária à sindicância movida contra a professora Bia, mas acredita que a APROPUC deveria entrar com um recurso formal ao Consun para que os conselheiros possam se manifestar.

A reitora nomeada não respondeu a nenhuma das indagações e prosseguiu os trabalhos, como se nada tivesse acontecido.

Durante o Consun foi aprovado o relatório da Ouvidoria e o relatório de atividades de 2013. A professora Anna

informou que terminou o processo de matrículas de 2014, registrando-se aproximadamente 14.600 alunos na graduação, número que a reitora nomeada considerou satisfatório. Outra fala da reitora, que causou polêmica, foi quanto ao ato que impede os professores de registrarem alunos que estejam em situação irregular com a instituição. A deliberação é um duro golpe nos alunos que hoje enfrentam dificuldades financeiras, mas a reitora deixou claro que prefere que estes alunos entrem na Justiça, onde a PUC-SP se defenderá, do que enfrentar uma situação de irregularidade.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - APROPUC pelo presente Edital, convoca os Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, associados à APROPUC para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 11 de março de 2014, 3ª feira, às 17:30 horas, em primeira convocação, na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, Perdizes, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1- Processo Eleitoral da APROPUC:

- a) Eleições da APROPUC biênio 2014/2016
- b) Formação da Comissão Eleitoral

Não havendo na hora acima indicada, número legal de presentes, a Assembléia será realizada meia hora após (18:00 horas) no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

Victória Claire Weischtordt
Presidente da APROPUC

Para onde foi a PUC-SP?

O texto que reproduzimos abaixo foi lido durante a sessão do Consun de 26/2 pelos diretores da APROPUC.

Mais uma vez o semestre letivo começa conturbado na PUC-SP. Turnos inteiros foram fechados, como em Fonoaudiologia, Pedagogia, Letras, entre outros. Esse fato redundou em um enxugamento de turmas e consequente diminuição nos contratos de trabalho docente, o que demonstra a política indireta de demissão. Houve um fechamento de turmas que atinge diferentemente os cursos, redução de horas para orientação dos trabalhos de conclusão de curso e enxugamento das disciplinas optativas. O critério utilizado para o fechamento das turmas desconsiderou a matrícula acadêmica, limitando-se aos boletos pagos, não incluiu as chamadas do Proni, as transferências e outras vias de entrada. A junção de turmas ou a sua simples extinção em boa parte dos casos contraria os Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma exigência acadêmica da universidade. Essas medidas, somadas aos cortes recentes de horas administrativas, demonstram o novo modelo de universidade, no qual os cursos com menor número de alunos serão excluídos, restando somente aqueles que realmente sejam lucrativos. A situação mais dramática está no fechamento praticamente completo dos cursos de licenciatura. Em um país pobre como o Brasil, onde a formação de professores deve ser parte principal das políticas públicas, não se pode conceber uma universidade, que se queira de qualidade, sem os cursos de formação de professores.



LU SUORE

Os diretores da APROPUC lêem os manifestos da entidade. À esquerda Carla Tiepo, à direita João Batista Teixeira

Esse projeto é facilmente identificável quando se percebe que turmas com um ou dois alunos abaixo do patamar uniformemente imposto pela reitoria/Fundasp são inviabilizadas. Torna-se evidente, mais uma vez, o caráter mercantilista que a PUC-SP vem adotando, no qual somente os cursos rentáveis têm vez, o que descaracteriza o caráter de universidade da instituição.

Esse conjunto de medidas tem por intenção, por parte dos gestores, adequar a folha de pagamento aos patamares que um novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), do Ministério Público, deverá estabelecer. Fica evidente que a reitoria nomeada, para lidar com esta situação, elaborou, ao lado da Fundasp, um pacote de medidas que visa a diminuir o valor da folha. Esse pacote não foi discutido com a comunidade, mas implementado de cima para baixo, tendo sido aplicado neste início de ano. Essas medidas vêm se somar ao quadro de superexploração a que estão hoje submetidos professores e funcionários na universidade. Os docentes têm seus contratos arrojados a parâmetros nunca atingidos na universidade. Em muitos casos os docentes têm o

tempo de seus contratos em horas aula superior ao estipulado para atividades que fundamentam a prática do ensino. A recomendação do MEC para a avaliação das universidades é que a dedicação em sala de aula alcance no máximo 50% do tempo gasto pelo docente para as outras atividades.

Apesar de não termos os números definitivos disponíveis, já é possível vislumbrar o enorme estrago que as medidas de contenção da reitoria têm causado nas condições de vida e trabalho dos docentes. Informações oficiais não existem, mas a cada semana fica-se sabendo de turmas que não abriram, de cursos fechados, de horas pesquisa suprimidas, de horas administrativas para projetos de Extensão cortadas.

Esgotados os modelos de financiamento estatal e de financiamento bancário, a crise volta a instaurar-se em 2005/2006 quando, por ordem da Fundação São Paulo, a então reitora Maura Vêras demite aproximadamente 1000 trabalhadores, provocando uma greve de estudantes na PUC-SP. Mas as demissões não foram suficientes para estancar a crise e a PUC-SP e os gestores, neste período, têm-se valido de ar-

timanhas como a maximização dos contratos de trabalho, "demissões pontuais" de funcionários e fechamento de turmas que não alcançam o número mínimo exigido de alunos. Dentro deste quadro chegamos a 2014 com um recorde negativo de alunos matriculados e as reduções contratuais atuam hoje como uma forma velada de demissão. Por outro lado, o fechamento de turmas sem se esperar matrículas do Proni e outras formas de ingresso demonstra o desmanche a que estão submetidos vários cursos. Para tudo isto contribui a postura autoritária da reitoria negando-se a dialogar abertamente com a comunidade.

A APROPUC vem posicionar-se contra a implementação deste projeto mercantil e, se professores e alunos não se sensibilizarem, não se mobilizarem para uma resistência ao projeto avassalador em andamento, assistiremos, indubitavelmente, ao funeral de uma PUC-SP ampla e democrática e ao nascimento de uma FaCU - Faculdades Católicas Unidas - gerida com pulso de ferro.

Diretoria da APROPUC

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna G.Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.
Atapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Repúdio à advertência formal aplicada a professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides, pela imediata revogação da penalidade e em defesa do arquivamento do processo

Ao Conselho Universitário da PUC-SP

A APROPUC vem a este conselho expressar que a aplicação de advertência formal por parte da reitora, à diretora da APROPUC, professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides, apresenta uma clara intenção de cercear a liberdade de expressão e manifestação. Representa uma forma de controle ideológico inadmissível em uma Universidade.

Dia 28/1, após quase um ano da instauração do processo número PROC R-6/2013 por parte da reitora nomeada, a diretora da APROPUC recebeu a notificação da punição por acompanhar a manifestação organizada pelos estudantes que impediu a realização do Consun no dia 27/2/13, em consonância com a decisão da Assembleia de Professores, realizada no dia anterior, 26/2/13, há exatamente um ano. A reitora nomeada, Anna Maria Marques Cintra, de posse do relatório final da comissão sindicante, determinou a aplicação de advertência formal à professora, considerando tratar-se de falta disciplinar grave.

É importante destacar que a posição da reitora nomeada foi corroborada pelo voto em separado do professor Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, que, diferentemente dos outros

membros da comissão, que indicam a possibilidade de arquivamento do processo, concluiu pelo enquadramento "no art. 325, 2º, inciso II do Regimento Geral da Universidade, que prevê pena de suspensão para o docente que contribuir ou influir para atos de indisciplina dos estudantes".

Em nossa primeira manifestação, por meio do jornal PUCviva de 20/3/13, dizíamos: "Não tenhamos dúvida que o ATO que instaura o Processo Administrativo contra a professora é parte de um projeto obscurantista, que se articula a uma tendência conservadora que reprime, persegue e criminaliza os movimentos sociais. Está em consonância com os interesses privatistas do ensino, que elimina qualquer possibilidade do contradito. Não tenhamos dúvida de que uma comissão processante, que foi constituída no bojo de um conflito de legitimidade institucional, vem para julgar e condenar. Sua decisão terá uma natureza política - este é um Processo Político."

Atualmente, de posse do veredito, nossa conclusão só pode ser uma: este foi um Processo Político com a clara finalidade de intimidar e constranger professores que se destacam como lideranças críticas nos movimentos e acuar a entidade dos professores, APROPUC, além de penalizar toda manifesta-



À esquerda a estudante Thais Adabo, da Faculdade de Ciências Sociais, lê moção de apoio à professora Bia Abramides; à direita a professora Maria do Socorro Cabral durante a leitura da manifestação do coletivo de alunos e professores do Serviço Social em solidariedade à professora punida

ção que se coloque contra o projeto elitista e mercantil que vem sendo implantado por esta reitoria e pela Fundação São Paulo.

A reitora nomeada desta Universidade ignorou milhares de manifestações contrárias ao processo e em apoio à professora e à APROPUC que vieram da PUC-SP e de todos os cantos do país, da América Latina e da Europa. Ao contrário, tomou sua decisão política de condenar.

Esse processo nos revela que os dirigentes dessa universidade são avessos a uma Universidade que desenvolva a crítica e não consigam suportar o conflito. Essa decisão demonstra que a PUC-SP perdeu definitivamente os princípios da convivência democrática que pautou a sua história, que colocou nossa universidade como protagonista na luta contra a ditadura. Por outro lado, a história mostra que o conflito não se elimina pela for-

ça dos aparelhos repressivos e que a verdadeira democracia é uma conquista da luta dos trabalhadores organizados.

Repudiamos todo tipo de punição a professores por expressarem suas opiniões e posições. Uma universidade deve fomentar o debate, a livre manifestação e é um espaço no qual o pluralismo de ideias deve prosperar. Uma medida dessa natureza não atinge apenas a diretora da APROPUC, professora Abramides, mas todo o corpo docente desta Universidade.

Por estas razões reivindicamos a imediata revogação da advertência formal aplicada à professora e diretora da APROPUC Drª Maria Beatriz Costa Abramides e o arquivamento do processo. Reafirmamos a defesa de uma PUC-SP autônoma, plural e democrática.

Diretoria da APROPUC

Andes, Sintusp e Centros Acadêmicos manifestam apoio a Bia Abramides

Na última semana de fevereiro várias manifestações se somaram às que a APROPUC recebeu condenando a punição determinada pela reitora nomeada Anna Cintra à professora Bia Abramides, diretora da APROPUC.

O Andes - Sindicato Nacional, aprovou em seu 33º Congresso uma nota de apoio à professora, postura seguida pelo Sintusp, e pelo Cress. Durante o Consun os Centros Acadêmicos de Ciências Sociais, CACS e o CA de Relações Internacionais, Cari, leram uma moção de repúdio à atitude da reitora. O CA 22 de Agosto também produziu um documento, lido na mesma sessão do Conselho Universitário. A seguir reproduzimos algumas destas moções.

Moção de repúdio ao autoritarismo na PUC-SP

Os delegados ao 33º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em São Luís-MA, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2014, manifestam o seu apoio à professora Maria Beatriz Costa Abramides, companheira das lutas sociais e democráticas, dirigente da APROPUC, entidade que vem se articulando conosco na luta em defesa do ensino de qualidade, da democracia universitária e contra a precarização do ensino superior no Brasil. Como expressão concreta desse apoio às lutas dos movimentos sociais organizados e à liberdade de expressão, os docentes repudiam a criminalização dos movimentos sociais, a repressão à liberdade de

organização e à expressão, caracterizados nos atos de uma reitora que foi imposta arbitrariamente, contrariando a indicação da posição majoritária dos membros que apuraram as supostas denúncias e se manifestaram pelo arquivamento do processo. Nesse sentido, o ANDES-SN vem a público solidarizar-se com a professora e com a APROPUC, defendendo a democracia contra o obscurantismo da reitoria da PUC-SP, expresso na condenação de Beatriz Abramides, cerceando a liberdade de expressão, organização e manifestação.

São Luís-MA, 15 de fevereiro de 2014

33º Congresso do Andes-SN

Todo apoio à Profa. Maria Beatriz Abramides! Contra a perseguição política na PUC!

A Profa. Maria Beatriz Costa Abramides recentemente foi condenada em processo disciplinar e punida com uma advertência pela reitoria da PUC-SP. O processo foi aberto devido à sua participação em uma manifestação de caráter político, durante a reunião do Conselho Universitário, contra a posse da reitora Anna Cintra, eleita de forma antidemocrática. A companheira Beatriz Abramides tem uma reconhecida trajetória na defesa da universidade, da educação e dos direitos sociais e essa punição é uma clara medida de perseguição política. Sua participação na manifestação foi deliberada em as-

sembleia da APROPUC, da qual a profa. é vice-presidente, sendo portanto este um ataque também à entidade e à organização sindical e política na universidade como um todo. Colocamos todo nosso apoio à companheira Beatriz Abramides que, justamente na luta pela democratização da universidade enfrenta a repressão e perseguição política, uma situação infelizmente bem conhecida também por nós em nosso sindicato.

Pela revogação imediata da aplicação de advertência formal à Profa. Maria Beatriz Costa Abramides!
Diretoria Colegiada Plena do Sintusp

Carta dos estudantes da Fac. de Ciências Sociais de apoio à prof. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Os estudantes dos Centros Acadêmicos de Ciências Sociais e Relações Internacionais se manifestam novamente contra a injusta punição da professora Bia Abramides pela reitoria.

Não consideramos a decisão de aplicação de advertência formal como uma questão burocrática de indisciplina de um docente, mas sim como uma perseguição política à professora Bia e à todos os professores, estudantes e funcionários que lutaram no final de 2012 e ao longo de todo o ano de 2013 contra o golpe à democracia na universidade.

A decisão da reitoria é absolutamente política e tem a função de amedrontar qualquer um que se posicione contra o projeto de apequenamento da universidade conduzido pela FUNDASP.

Salientamos que a professora Bia estava presente no CONSUN barrado no início de 2013 como representante da APROPUC, escolhida em assembleia da própria entidade. Por tal motivo, somado ao fato de não ter sido aberta sindicância, temos a prova do caráter político e arbitrário da punição realizada pela reitoria.

É pelo ideal mais fundamental de justiça e contra os absurdos que a reitoria e a FUNDASP realizam na gestão da PUC que nós, estudantes, nos manifestamos e repudiamos a perseguição política.

CACS – Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-SP - CARI - Centro Acadêmico de Relações Internacionais da PUC-SP

Nota de repúdio

O Conselho Regional de Serviço Social - 9ª Região manifesta seu repúdio à atitude da Reitoria da PUC-SP, que puniu a professora Bia Abramides por lutar por melhores condições de trabalho e democratização universitária. É inaceitável que uma universidade com legado histórico e social de relevância tome atitudes que perseguem aqueles que lutam contra a mercantilização e precarização

do ensino e da formação. O CRESS-SP se solidariza veementemente com a companheira e professora Bia Abramides, lutadora assídua e incansável pela emancipação humana e referência nacional e internacional do serviço social. Todo apoio e solidariedade à professora Bia Abramides!

DIREÇÃO ESTADUAL CRESS 9ª REGIÃO/SP

Carta dos estudantes de Jornalismo da PUC-SP para a Fundação São Paulo

O texto abaixo foi lido pelos alunos de Jornalismo na sessão do Conad de 27/2.

Nos últimos anos, nós, estudantes de Jornalismo, percebemos que a PUC-SP vem sofrendo uma intensificação no processo de mercantilização, que se agravou em 2006, com a demissão em massa de cerca de 600 professores. Fechamento de cursos, supressão de turmas e cortes de contrato foram algumas iniciativas tomadas pela reitoria e a Fundação São Paulo, no início desse ano, para diminuir os gastos.

No ano passado, as mensalidades dos cursos da PUC-SP aumentaram drasticamente e acima da inflação, contrariando o caráter filantrópico que a universidade possui. Embora o aumento tenha sido abusivo, ainda não foi visto retorno algum diante desses acréscimos nos valores. Se grandes ajustes nas mensalidades continuarem sendo feitos ano após ano, a universidade se tornará cada vez mais elitizada, e seu ensino mercantilizado, contrariando o projeto que nós acreditamos ser o ideal: uma universidade que desenvolva um papel social e contribua para o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Esse ano, pela primeira vez em 35 anos de história, as salas dos períodos matutino e noturno do curso de Jornalismo do primeiro semestre não preencheram as 50 vagas destinadas por turno no vestibular: em cada sala há em torno de 40 alunos matriculados. Além disso, aumentou também a evasão dos alunos nos outros anos, por exemplo, nas turmas dos dois turnos do 2º ano, que estão com menos de 100 alunos no total.

Certamente, o principal motivo da desistência em relação ao

curso de Jornalismo da PUC-SP, referente à matrícula e à evasão, é a mensalidade abusiva e acima da média, levando em conta mensalidades de outras faculdades de Jornalismo, como Cásper Líbero, Mackenzie e Metodista, além da falta de políticas públicas inclusivas e de permanência. São poucas as pessoas que têm condições de arcar com esse preço, principalmente havendo o indicativo de um aumento absurdo ano após ano.

Somado a isso, em 2012 e 2013, houve uma baixa adesão dos alunos ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), por falta de informações necessárias por parte do Departamento aos estudantes convocados. É necessário pontuar que nunca foi realizado, entre os alunos, um debate acerca de haver um boicote à prova. Diante disso, o Ministério da Educação (MEC), no final do ano passado, deu nota 2,0 (de 5,0) ao curso de Jornalismo da PUC-SP.

Para nós, está extremamente claro que o curso apresenta diversas deficiências que motivaram a nota baixa no Enade, além da baixa adesão por dois anos seguidos: problemas de infraestrutura, desatualização e inadequação dos laboratórios, precarização das salas de aula (especialmente o 5º andar do "prédio novo", problema este que se deve ao fato de nosso curso, assim como todos da Fafica, ter sido movido às pressas para outro espaço físico), professores que não têm compromisso algum com os alunos (o que acarreta em faltas não justificadas e improvisação de conteúdo), falta de acervo do curso (produtos laboratoriais, trabalhos de conclusão de curso, documentos do Departamento e do curso, trabalhos de iniciação científica etc.), burocratização

excessiva para alunos e professores, além do escasso número de bolsas de estudo para alunos provenientes de escola pública, que são dadas pela Fundação São Paulo.

É preciso pontuar que nós, estudantes de Jornalismo, temos plena consciência de que os cortes feitos pelo Ministério da Educação (MEC) ao financiamento estudantil (FIES), neste ano letivo aos estudantes ingressantes de 2014, deve-se em grande parte à infraestrutura precária do curso, o que acarreta em notas abaixo do mínimo exigido pelo MEC para implementação dos programas de acesso.

Destacamos também que as bolsas de estudo atualmente oferecidas pela Fundação São Paulo se valem dos mesmos critérios que o ProUni segue, o que é incoerente, visto que dessa forma, os alunos que concorrem a essas bolsas normalmente já são beneficiários do programa. Posicionamo-nos não só a favor do aumento de concessão de bolsas pela Fundação São Paulo, mas também a favor de mudanças estruturais nesse processo: maior número de bolsas voltadas para alunos provenientes de escolas públicas e para alunos que possuam renda per capita menor do que a exigida atualmente, pois esse valor também é extremamente alto (visto que os alunos que precisam de tais bolsas são os que possuem renda baixa). Além disso, o edital para bolsas é aberto somente algum tempo depois da matrícula ser feita e o aluno já estar cursando a universidade, obrigando-o a arcar por certo tempo com custos que ele não pode pagar. Portanto, defendemos que o processo de concessão de bolsas deve ser aberto antes do ano letivo começar, a fim de os alunos serem beneficiados desde o início das aulas.

Ainda em relação a não abertura de vagas provenientes do FIES para ingressantes de 2014 e ao aumento significativo das mensalidades, a cada ano acima do permitido no estatuto, tememos que, por consequência disso, as turmas de Jornalismo tornem-se cada vez mais reduzidas e o curso cada vez mais precarizado, podendo até chegar ao fim.

É importante atestar que, em assembleia dos estudantes de Jornalismo, foram apontados representantes de todos os anos que irão compor uma comissão gestora responsável por articular futuras ações do curso. Entre as primeiras demandas a serem elaboradas pela mesma, está um seminário que discutirá a reforma curricular do curso e contará com a participação de professores e alunos. O curso de Jornalismo da PUC-SP está sendo moldado para um padrão de universidade que não queremos e não acreditamos. E nós estamos dispostos a lutar para que isso não aconteça.

Diante do exposto, nós exigimos:

*Reunião extraordinária aberta aos alunos, realizada em auditório da PUC-SP, com a presença do Padre Rodolfo, na semana do dia 10/3;

*Redução das mensalidades;

*Política de ampliação de bolsas de estudo e financiamento provenientes da Fundação São Paulo, com alterações na política de concessão detalhadas acima;

*Iniciativas que solucionem os problemas relacionados à infraestrutura precária das salas de aula e laboratórios.

Estudantes de Jornalismo da PUC-SP

GAUCHE NA VIDA

As liberdades e o projeto de lei do terrorismo

Edson Passetti

Difícil mesmo é a democracia proporcionar novos espaços de liberdade, a nossa grande tarefa. Restritas à representação dos políticos profissionais e ao formalismo jurídico-político, as liberdades correm perigo. Quando a capacidade de apreensão de contestações surpreendentes ou renovadas de certos movimentos sociais pelos partidos políticos entra em estágio de compressão, os políticos profissionais buscam respostas imediatas na criação de leis que definem como conduta criminosa certas atitudes admiráveis. Este é o limite do formalismo jurídico-político e a ameaça diante da novidade.

A democracia representativa se renovou com a captura dos variados modos de participação dos cidadãos proporcionados pela disseminação de direitos. Diante da falaciosa interpretação corrente sobre uma crise na representação, é preciso recolocar a questão. A democracia representativa sabe como absorver os movimentos sociais e o quadro atual dos políticos profissionais mostra, em sua grande maioria, que eles procedem de movimentos sociais absorvidos pelos partidos políticos e que com eles negociam.

A novidade que impulsiona o projeto de lei 499/2013 é dramática. Expõe a insatisfação de muitos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas a serem sediadas no Brasil; escancara a deficiência do transporte público privatizado; desnuda as práticas letais ou semiletais da polícia, intrínsecas à or-

ganização formal da violência pelo Estado; reabre a discussão sobre as condições autoritárias de pacificações de áreas de segurança; situa as relações com o tráfico de drogas e armas; força as mídias a noticiar as mortes e desaparecimentos inexplicáveis nas periferias, a expansão das milícias, a situação das prisões abarrotadas de miseráveis... Enfim, chega a hora em que parte da população atinge o patamar do insuportável, e sai às ruas. A resposta dos governos, suas polícias e adeptos é aplacar o intolerável como suposta garantia de segurança à democracia.

Situações mais ou menos conhecidas e análogas nos fazem recordar das Leis de Nuremberg de 1935 e seus desdobramentos atingindo judeus, ciganos, negros, loucos, numa avassaladora política de segurança, cuja utopia demarcava quem devia viver e quem devia morrer até a solução final. Nazismo e fascismo não são práticas exclusivas do Estado. Estes regimes políticos com suas leis materializaram aspirações da grande população cidadã que exigia segurança. As condutas fascistas permanecem vivas, habitam e ameaçam o cotidiano democrático. São vitoriosas cada vez que a democracia representativa delas se serve ao se mostrar amedrontada diante do novo e se recusar a compreender suas linguagens. A dissimulação fascista está nos movimentos atuais de contestação radical, geralmente escudada em defesa da pátria e habilmente inteirada na simulação do diálogo pluralista.

A configuração atual das forças é de fácil mapeamento.

Com base nos impedimentos ao direito à segurança policial da população, ao seu livre trânsito congestionado da casa para o trabalho e vice-versa, nos depoimentos simplórios de obedientes trabalhadores pelas redes de comunicação, desejando garantir seu emprego e retornar à sua moradia para comer sua requentada refeição, somada à conservadora classe média, à burguesia sempre assustada, mas poderosa, com seus executivos e burocratas, aos policiais geralmente recrutados nos estratos inferiores e que dispõe seu corpo para garantir a propriedade que não é sua, avulta a exigência formal de segurança que deve identificar o inimigo atual da nossa sociedade.

Desenha-se o momento para sanear o novo perigo à degradação com a lei antiterror substituindo a lei de segurança vigente (7.170 de 1983, que revogou a lei 6.620 de 1978 e decretos e leis anteriores relativos à segurança nacional durante a ditadura civil-militar), desde a abertura democrática no governo do general Figueiredo. O discurso jurídico-político, segundo as forças histórico-políticas em cena, explicita a configuração legal do terror de Estado como medida de segurança.

O inimigo agora se chama Black Bloc. Não é uma organização; é uma tática. A moçada que sai de rosto coberto e roupas pretas não teme a polícia, dá passagem às demais forças nos protestos, expõe com suas atitudes os limites da representação política e das negociações, a privacidade histórica de monumentos, atinge fa-

chadas de bancos, embaralha condutas, desperta consciências entre moradores de rua, congestionam os provedores eletrônicos... Não desconhece que entre eles há infiltrados da polícia, raquíticos fascistas, oportunistas, gente fantasiada, tolinhos e sabe que as forças da ordem aguardam o momento para criminalizá-los. A morte involuntária de um cinegrafista foi o estopim.

Os democratas devem estar atentos para bloqueio imediato a este sagaz projeto de lei. O democrata e o libertário condizentes com as invenções de liberdades devem exigir a abolição da lei de segurança em vigor e rechaçar a boçal proposta que se baseia no que supostamente provoca ou infunde pânico. Em pânico, estão os juramentados democratas da ordem.

Edson Passetti é Professor do Departamento de Política e coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Comissão da Verdade paulista pede correção da causa de morte de JK

A Comissão Municipal da Verdade de São Paulo enviou ao Palácio do Planalto, em Brasília, ofício em que pede à presidenta Dilma Rousseff que reconheça que o acidente de trânsito que tirou a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, foi resultado de um atentado - e não uma mera fatalidade, como diz a versão oficial. Enviado em 19/2, o documento pede ainda que Dilma tome as "providências necessárias" para alterar a causa da

morte de JK e seu motorista, Geraldo Ribeiro, "em nome da História do Brasil, da Verdade, da Memória e da Justiça".

A solicitação é resultado de um trabalho de investigação de aproximadamente dois anos, conduzido pelo presidente da Comissão, vereador Gilberto Natalini (PV). "Recolhemos contradições graves nas investigações da época, fraudes, mentiras, tentativas de incriminar o motorista de um ônibus, quando na realidade ele não abalroou

o carro de Juscelino", disse. As pesquisas da comissão foram reunidas nas 30 páginas do Relatório JK, apresentado por Natalini no dia 10/12 passado com 90 indícios que, assegura, demonstram que o ex-presidente foi assassinado.

Além das mortes de personalidades públicas, como JK e Wladimir Herzog, movimentos sociais e comissões da verdade populares também reivindicam a investigação e a correção da morte de milhares militantes sociais e de esquerda.

Filial da associação das mães de maio denuncia direção do movimento

A filial de Neuquén y Alto Valle das mães da praça de maio, da Argentina, publicou um comunicado denunciando o que chamou de práticas antidemocráticas, soberbas e autônomas da comissão diretiva da associação.

"As decisões são autônomas pois há muitos anos que não se chama um encontro de todas as filiais,

antidemocrática porque as filiais não têm tido espaço para debater e divergir das práticas da direção, e soberba uma vez que a presidenta tem demonstrado desrespeito e desprezo pelas demais filiais", afirma a nota.

A filial de Neuquén y Alto Valle é uma das fundadoras da associação e, ainda no comunicado, convoca demais filiais a se posici-

onarem sobre as ações recorrentes da direção do movimento. Segundo a seção, é preciso manter a independência política, econômica e organizativa, para que o movimento continue na sua luta pela igualdade e solidariedade entre as pessoas de todo o mundo, transformando questões individuais numa luta social e coletiva.

MTST lança nova edição do livro "Por que ocupamos"

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) lançou a segunda edição do livro "Por que ocupamos", que aborda a luta dos trabalhadores sem teto por moradia

digna e garantia de demais direitos sociais. O livro foi escrito pelo coordenador nacional do movimento, Guilherme Boulos, tem prefácio de Plínio Arruda Sampaio e capa

de Chrysantho Figueiredo. A obra pode ser adquirida pelo site do movimento - www.mtst.org/porqueocupamos -, e custa R\$ 20,00, sem frete adicional.

Mulheres vão às ruas protestando contra a violência

No sábado (8), Dia Internacional de Luta das mulheres, os movimentos classistas estiveram presentes nas ruas para trazer à tona questões sociais gerais, bem como as mais específicas, que atingem violentamente as trabalhadoras. O Movimento Mulheres em Luta (MML) trouxe como principal bandeira o direito de viver uma vida sem violência.

A trabalhadora Sandra Fernandes - morta a facadas, junto com o filho Icauã, pelo então companheiro dela - foi homenageada, e seguirá como exemplo vivo de que a luta contra a violência às mulheres é fundamental para uma sociedade justa e livre.

MULHER METALÚRGICA

No início de abril acontece o 3º Congresso da Mulher Metalúrgica, que terá como tema central o direito à licença maternidade de 180 dias. Menos de 1% das empresas brasileiras assinou o termo de adesão à campanha "Dá licença, queremos 180", iniciada em 2009, durante o congresso anterior.

De acordo com o artigo 392 da CLT, a trabalhadora gestante tem 120 dias de licença. Na proposta elaborada pelas sindicalistas, assinada pela Federação do Sindicatos de Metalúrgicos (FEM) da CUT de São Paulo, o INSS deve cobrir o salário da trabalhadora por 120 dias, e os dois meses restantes são cobertos pelos empregadores. Como benefício, a empresa tem isenção fiscal.

ROLA NA RAMPA

Estudantes de Jornalismo fazem intervenção no Consad

Na quinta-feira, 27/2, os estudantes do curso de Jornalismo estiveram presentes na reunião do Conselho Superior de Administração, o Consad, com a finalidade de entregar uma carta ao Padre Rodolfo Perazzolo, secretário executivo da Fundação São Paulo. A carta, lida pelos estudantes, reivindicava bolsas institucionais para o curso, estrutura, melhor qualidade de ensino, entre outras coisas (confira o texto na íntegra na página 5). Coincidentemente, a professora Anna Cintra, reitora escolhida por D. Odilo Scherer, não esteve pre-



sente em tal reunião, mas os estudantes esperaram pacientemente até o final da reunião a sua chegada. Terminadas as pautas ordinárias do Consad, os

estudantes pediram a palavra, e fizeram a leitura da carta. O pe. Rodolfo se comprometeu a garantir a reunião aberta com estudantes e professores.

Seminário debate guerra às drogas

Nos dias 13, 20, 27/3 e 3/4, acontecerá o seminário "Guerra às drogas: usos e abusos", promovido pelo NEPEDH/PUC (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direito Humanos), coordenado pelas professoras Maria Lúcia Silva Barroco e Cristina Maria Brites. Todas as palestras ocorrerão no auditório 100 do campus Monte Alegre. É necessário uma inscrição prévia para o evento, feita pelo email ssocial@pucsp.br, até o dia 11/3.

Revistas da APROPUC discutem 50 anos do Golpe Militar

A próxima Revista PUCviva discutirá os 50 anos de instauração da ditadura militar, as colaborações poderão ser enviadas até 15/2. Já a Cultura Crítica debaterá como o golpe influenciou nos destinos das artes e da cultura brasileira.

Assim, serão bem-vindos artigos no âmbito das artes plásticas, teatro, cinema, música e literatura de resistência do período. Os artigos devem ser encaminhados para apropuc@uol.com.br até 31/03/14.

APROPUC, Fundasp e Reitoria fecham novo Acordo Interno

A diretoria da APROPUC, a Fundação São Paulo e a Reitoria terminaram na quinta-feira, 6/2, a redação do novo Acordo Interno de Trabalho. O texto aprovado foi o mesmo estabelecido no ano passado, devendo-

se ser procedidas as atualizações dos valores monetários. A assinatura formal do novo Acordo deverá acontecer nos próximos dias. Tão logo o texto seja assinado ele será publicado no site da APROPUC.

APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA REVISTA

Dia 13/03/2014 - 19:00hs
Sala 117A - PUC

DEBATEDORES:

Álvaro Bianchi
Professor Doutor Livre Docente do Depto de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas

David Moreno Montenegro
Professor de Sociologia do IFCE

Erson Martins
Professor Doutor da PUC - SP

Jonnyfer F. Barbosa
Professor Doutor do Departamento de Filosofia da PUC-SP

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Professor Doutor do Depto. de Política da PUC-SP
Coordenador do NEILS

Milton Pinheiro
Professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Oswaldo Coggiola
Professor Doutor Titular de História Contemporânea da USP

COORDENAÇÃO:

Profª Priscilla Cornalbas
Diretora APROPUC

13 DE MARÇO DE 2014

PUCviva

www.pucviva.org.br

PARA ONDE VAI O BRASIL?

AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E AS PERSPECTIVAS DO PAÍS

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP
Fundação São Paulo - Fundação de Amparo à Pesquisa

CNPJ 06.908.167